



Luciane Pötter

**VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA
INFANTOJUVENIL E VIOLÊNCIA
SEXUAL INTRAFAMILIAR**
Por uma Política Pública de Redução de Danos

3ª edição • revista, atualizada e ampliada



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Daniela Jardim & Rene Bueno (contato@danielajardim.com)

P866v Pötter, Luciane

Vitimização secundária infantojuvenil e violência sexual intrafamiliar por uma política pública de redução de danos / Luciane Pötter – 3. ed. rev., atual e ampl. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
416 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2937-8. 1151804

1. Direito. 2. Direito penal. 3. Violência sexual – Crianças. 4. Violência sexual – Adolescentes. 5. Relações familiares. 6. Vitimologia. I. Título.

CDD 341.5562

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Introdução	33
-------------------------	-----------

Parte I

Violência e Vitimização de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar

Capítulo 1

A Tutela Legal Contra a Violência Familiar e Suas Diversas Formas	43
1.1. A violência familiar – as crianças e adolescentes como alvo	43
1.2. A família está no lado esquerdo do peito?	57
1.2.1. A evolução familiar	57
1.2.2. O cuidado como dever	65
1.2.3. Violência sexual intrafamiliar e incesto	76
1.3. Análise evolutiva dos direitos infantojuvenis	86

Capítulo 2

A Vítima e o Processo de Vitimização Primária de Crianças e Adolescentes .	91
2.1. A vítima como objeto da Criminologia e da Vitimologia	91
2.2. O estudo da vítima através dos tempos	95
2.3. Vítima penal, processual penal e o sujeito passivo do crime	98
2.4. A vitimização do sujeito passivo da infração penal	105
2.5. A vitimização primária: abuso sexual intrafamiliar contra crianças e ado- lescentes	107
2.6. Aspectos político-sociais da reiteração do abuso sexual intrafamiliar	110
2.6.1. Síndrome do Segredo	110
2.6.2. Síndrome de Adição	112
2.6.3. Alienação Parental	113
2.6.3.1. Alienação Parental e Abuso Sexual	120
2.6.3.2. Alienação Parental e Falsas Memórias	124
2.6.3.3. Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental	127
2.6.3.4. Análise de Caso Concreto de Alienação Parental	129
2.7. Relação Causal e superação do fato abusivo	131

Capítulo 3

Considerações Jurídicas Acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar – Tipos Penais e Peculiaridades Jurídico-Processuais Penais.....	135
3.1. Considerações introdutórias sobre a reforma legislativa penal dos crimes sexuais – Lei nº 12.015/2009	135
3.2. Base jurídica do abuso sexual intrafamiliar.....	136
3.2.1. Análise de tipos penais do Código Penal brasileiro e do Estatuto da Criança e do Adolescente que envolvem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual de acordo com as Leis nº 12.015/2009, 12.978/2014, 13.344/2018, 13.440/2017, 13.718/2018, 13.772/2018 e 13.811/2019.....	138
3.2.2. Questões relacionadas à ação penal referente aos crimes sexuais que envolvem crianças e adolescentes vítimas de crimes	162
3.3. O bem jurídico protegido nos crimes sexuais que envolvem crianças e adolescentes.....	166
3.4. A resistência da vítima nos crimes sexuais.....	167
3.5. Discussão sobre a presunção de violência e sobre a presunção de vulnerabilidade	169
3.6. Vícios do consentimento pela dominação sexual irresistível e pela especial vulnerabilidade no abuso sexual intrafamiliar	174
3.7. Causas especiais de majoração de pena nos crimes sexuais conforme artigo 226 do Código Penal.....	179
3.7.1. Relação de parentesco ou superioridade	179
3.7.2. Concurso de pessoas no abuso sexual intrafamiliar	180
3.8. Aspectos legais da reiteração do abuso sexual intrafamiliar	183
3.9. Considerações sobre a reforma legislativa processual penal no que concerne à prova judicial – Lei nº 11.690 de 11 de Agosto de 2008	184
3.10. Lei nº 11.690/2008 – Das Provas	185
3.11. Análise dos novos tipos processuais penais relativos à prova e à participação de vítimas e testemunhas infantojuvenis no processo judicial	185
3.11.1. Capítulo I – Disposições Gerais.....	185
3.11.1.1. Artigo 155- Livre apreciação da prova.....	185
3.11.1.2. Artigo 156 – Produção antecipada de provas	186
3.11.2. Capítulo V - Do Ofendido	187
3.11.2.1. Artigo 201	187
3.11.3. Capítulo VI – Das testemunhas.....	189
3.11.3.1. Artigo 212	189
3.11.3.2. Artigo 217.....	191

Parte II

O Processo Penal e a Vitimização Secundária de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar

Capítulo 4

Vítima Sexual Infantojuvenil: Sujeito ou Objeto do Processo Penal	197
4.1. O Estado violentador.....	197
4.2. A vítima-testemunha infantojuvenil no processo penal	201
4.3. Após o abuso a revitimização: vitimização secundária de crianças e adolescentes	205
4.4. O interesse superior de tutela das crianças e adolescentes e as garantias constitucionais processuais do acusado	211

Capítulo 5

A Palavra da Vítima Infantojuvenil de Abuso Sexual Intrafamiliar e o Discurso Jurídico no Processo Penal Judicial	223
5.1. O discurso jurídico e a relação comunicacional no processo penal	223
5.2. Linguagem infantojuvenil e qualificação do interlocutor	231
5.2.1. A comunicação verbal e não verbal.....	231
5.2.2. A linguagem infantojuvenil.....	233
5.2.3. A qualificação do entrevistador	238
5.3. Abordagem jurídica versus abordagem psicológica	243
5.4. Considerações críticas ao modelo de produção técnico-científica	246

Capítulo 6

Políticas Criminais de Redução de Danos – pesquisa realizada em 2007 – A Mudança de Paradigma	253
6.1. Estrutura do projeto da pesquisa de campo realizada em 2007	253
6.1.1. Objetivos da pesquisa e metodologia: forma de abordagem e técnicas utilizadas	253
6.1.1.1. Forma de abordagem: transdisciplinaridade	254
6.1.1.2. Técnicas da pesquisa realizada no ano de 2007 em Porto Alegre – Estado do Rio Grande do Sul: documental e empírica	255
6.1.1.2.1. Técnica documental	255
6.1.1.2.2. Técnica Empírica	256
6.2. Descrição da pesquisa de campo realizada no ano de 2007.....	256

6.2.1. Análise documental das políticas criminais de redução de danos às vítimas.....	256
6.2.1.1. Projeto Depoimento sem Dano.....	256
6.2.1.2. Projeto piloto de especialização por distribuição preferencial.....	258
6.2.2. Métodos de acolhimento e inquirição das vítimas-testemunhas infantojuvenis – Colheita de informações e verificação “in loco”.	258
6.2.2.1. Procedimento na 6ª Vara Criminal – Foro Central – Porto Alegre.....	258
6.2.2.2. Procedimento na 9ª Vara Criminal – Foro Central – Porto Alegre.....	259
6.2.2.3. Procedimento no 2º Juizado da Infância e Juventude – Foro Central – Porto Alegre.....	260
6.2.3. Estudo exploratório na 6ª e 9ª Varas Criminais e no 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre.....	262
6.2.3.1. Caso 1 – 9ª Vara Criminal.....	262
6.2.3.2. Caso 2 – 9ª Vara Criminal.....	264
6.2.3.3. Caso 3 – 6ª Vara Criminal.....	266
6.2.3.4. Caso 4 – 2º Juizado da Infância e Juventude.....	268
6.3. Valoração da pesquisa de campo realizada em 2007 e considerações reflexivas.....	271
6.3.1. A mudança de paradigma.....	271

Capítulo 7

Políticas Criminais de Redução de Danos – pesquisa realizada em 2014 – e Conscientização Ética de Tutela Processual.....	275
7.1. Estrutura do projeto da pesquisa de campo realizada no ano de 2014.....	275
7.1.1. Objetivos da pesquisa.....	275
7.1.2. Técnica da pesquisa realizada no ano de 2014 em Porto Alegre – Estado do Rio Grande do Sul: revisão bibliográfica, documental e empírica.....	275
7.1.2.1. Técnica documental.....	276
7.1.2.2. Técnica empírica.....	276
7.2. Descrição da pesquisa de campo realizada no ano de 2014.....	277
7.2.1. Análise documental, colheita de informações e verificação “in loco” das políticas de redução de danos às crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de crime sexual – A Rede de Proteção e os Sistemas de Garantias.....	277
7.2.1.1. Delegacias de Polícia.....	278

7.2.1.1.1. O Departamento Estadual da Criança e do Adolescente – DECA.....	279
7.2.1.1.2. Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente – DPCA e de Proteção à Mulher em Santa Cruz do Sul/RS – colheita de informações e verificação “in loco”	283
7.2.1.1.3. Delegacia de Polícia Civil de Montenegro/RS – colheita de informações e verificação “in loco”	284
7.2.1.2. Conselhos Tutelares	285
7.2.1.3. Centro de Referência no Atendimento Infantojuvenil - CRAI	287
7.2.1.4. Childhood Brasil – Instituto WCF – Brasil.....	289
7.2.1.5. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM.....	293
7.2.1.6. Defensoria Pública e o papel constitucional no atendimento às crianças e adolescentes.....	295
7.2.1.7. O papel do Ministério Público na Rede de Proteção	296
7.2.1.8. Depoimento Especial: o projeto gaúcho	300
7.2.1.8.1. Considerações iniciais	300
7.2.1.8.2. O Projeto de Depoimento Especial de crianças e adolescentes	301
7.2.1.8.3. A dinâmica do Depoimento Especial	306
7.2.1.8.4. A capacitação dos técnicos Psicólogos e Assistentes Sociais do Depoimento Especial ..	308
7.2.1.8.5. Alguns posicionamentos doutrinários e pareceres sobre o Depoimento Especial.....	310
7.2.1.8.6. A Entrevista Forense e os Protocolos	318
7.2.1.9. 6ª Vara Criminal – competência exclusiva para processar e julgar crimes sexuais que envolvem a participação de crianças e adolescentes e o Depoimento Especial	325
7.2.1.9.1. Procedimento na 6ª Vara Criminal – Foro Central – Porto Alegre	326
7.3. Estudo exploratório na 6ª Vara Criminal – Foro Central – Porto Alegre/RS no ano de 2014.....	328
7.4. Valoração da pesquisa de campo realizada em 2014	336
7.5. Depoimento Especial e formalidades legais.....	341
7.6. Políticas criminais internacionais de redução de danos.....	342
7.7. Repensando a minimização da vitimização secundária a partir da ética	350

Capítulo 8

Lei nº 13.431/2017: Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência	353
8.1. Algumas considerações	353
8.2. Crianças e adolescentes vítimas de violência	354
8.3. O caminho da conquista do depoimento especial	358
8.4. Comentários sobre a Lei nº 13.431/2017	360
8.5. A implantação do depoimento especial nos estados brasileiros	371
8.6. A dinâmica do depoimento especial	376
8.7. Depoimento especial versus pareceres técnicos	377
8.8. A qualificação do entrevistador	379
8.9. Protocolos	380
8.10. Reflexão final	381
Considerações Finais.....	385
Referências Bibliográficas.....	393